

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

*Fernando Raphael Ferro de Lima*¹

¹ *Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná. Email: fernandoraphaelferro@yahoo.com.br*

Artigo recebido em 09/04/2015 e aceito em 11/07/2015

RESUMO

Este texto trata do processo de ocupação da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, nas proximidades da foz do rio Iguaçu e sua relação com a consolidação das fronteiras nacionais. São avaliadas as questões que guiaram esta ocupação, em que as disputas entre portugueses e espanhóis pelo controle da bacia, com fins de navegação, foram substituídos pela crescente polarização entre Brasil e Argentina após a formação dos Estados nacionais, já no século XIX. Destaca-se ainda que, no século XX, a orientação das disputas visando à navegabilidade e o acesso à bacia do rio Prata foi substituída pela preocupação com a geração de eletricidade, processo que acaba mudando o foco de utilização econômica dos rios e a própria dinâmica dos transportes na América do Sul.

Palavras-chave: Tríplice fronteira – Geografia Histórica – Geopolítica – Bacia do rio da Prata – América do Sul

THE PROCESS OF OCCUPATION TRIPLE FRONTIER - BRAZIL, ARGENTINA AND PARAGUAY

ABSTRACT

This text is about the occupation process of triple border between Brazil, Argentina and Paraguay, next to the outfall of Iguazu river, and the consolidation of national borders in this region. The conflicts between Portuguese and Spanish to control the basin of River Plate for navigation purposes were replaced by the polarization of Brazil and Argentina after the independence process, in the 19th century. In the 20th century, after the II World War, those conflicts had been replaced for the control of electric potential, what changes the economic use of the basin and the dynamics of transportation in South America.

Keywords: Triple border – Historical Geography – geopolitics – River Plate Basin – South America

INTRODUÇÃO: A FRONTEIRA ANTES DOS ESTADOS NACIONAIS

*Los hermanos sean unidos,
Porque esa es la ley
primera;
Tengan unión verdadera
En cualquier tiempo que sea
Porque si entre ellos pelean
Los devoran los de afuera
Martin Fierro, de José
Hernandez*

O povoamento do oeste paranaense e do leste paraguaio se deu num processo de formação contínuo de fronteira. Na margem oriental do rio Paraná, a ocupação do município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Puerto Iguazu, na Argentina. Na margem ocidental os departamentos de Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco, e Mingua Guazu no Paraguai.

Os mais antigos registros arqueológicos de presença humana na região deram-se há mais de 6000 anos. Quando da chegada dos espanhóis, o principal grupo indígena da região era formado pelos Guaranis, que vinham de um processo de expansão pela América do Sul há pelo menos 2000 mil anos, a partir da Amazônia (BARCELOS, 2000). No entanto, o marco da presença europeia na região é a “descoberta”, por *Cabeza de Vaca*, das cataratas do Iguaçu, no ano de 1548.

No século XVII, o processo de colonização da região foi levado adiante por encomendeiros e missionários jesuítas e propiciou o povoamento mais intensivo e a formação das primeiras cidades. Os rios Paraná e Paraguai eram o principal meio de acesso ao interior do continente, por conta das diversas limitações existentes em cruzar as florestas existentes no interior do território brasileiro. A primeira ocupação se deu pelo regime de *encomiendas*.

As autoridades espanholas encarregavam indivíduos, que possuíam alguns bens e capacidades, de conquistarem as terras ocupadas pelos índios. Estes conquistadores eram os “adelantados”, como foram por exemplo Balbôa, Pizarro, Pedro de Mendoza, Pero Alvarez Nunez Cabeza de Vaca e muitos outros. Segundo as determinações da coroa espanhola, a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca disto, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se “encomiendas” a esse sistema, o qual logo degenerou, passando o índio à condição de escravo. (WACHOVICZ, 1972, p.13)

O tratamento dado aos índios pelos encomendeiros foi objeto de preocupação por parte da coroa espanhola, por conta dos diversos casos de abusos, além da redução do índio à escravidão. Esta situação era indesejável para a Espanha. Conflitos surgiram também entre as autoridades civis e eclesiásticas fixadas na América. Para regularizar estas relações foi reunido um sínodo em Assunção, em 1603:

Pese a las recomendaciones reales, el trato que los encomenderos daban a los indios era duro y cada uno se servía de los que le habían sido asignados como si fueran sus siervos, olvidados de los deberes para con ellos que les estaban encomendados. Para protegerlos, Hernandarias tomó diversas medidas, pero no fueron suficientes para corregir la conducta de los encomenderos obsesionados por la riqueza. Francisco de Alfaro, enviado para visitar la comarca por la Audiencia de Charcas, dispuso en 1611 suprimir el servicio personal de los indios; pero sus ordenanzas tampoco modificaron la situación. Hernandarias dio un paso audaz y encomendó a los jesuitas la fundación de unas “misiones” donde trabajarían y se educarían los guaraníes del Paraguay. (ROMERO, 2008 p.29-30)

As missões criadas pelos jesuítas tiveram um papel especial na formação do que hoje é o Paraguai, e na primeira ocupação do atual território paranaense. A fundação das Missões a partir de 1611 ocorreu num processo em que os jesuítas se encontraram entre duas fronteiras: uma externa, nos limites de terras entre espanhóis e portugueses, e outra interna, separando as missões das povoações espanholas (BARCELOS, 2000):

Este carácter de contenção da fronteira interna dava-se em todas as áreas que circundavam a região platina, ao norte, sul, leste e oeste. O avanço para as regiões interiores, estabelecendo reduções, fez com que os jesuítas participassem ativamente da ocupação de territórios que não estavam sob o controle das cidades e vilas espanholas. (BARCELOS, 2000 p.11)

A presença das Missões de certa forma barrou o avanço português pelo interior. As disputas com os bandeirantes, que vinham aos territórios espanhóis em busca de mão-de-obra indígena, levou a um recuo da ocupação jesuítica no território que hoje compõe o Paraná, à época chamado “Guairá”, levando-as a ficarem confinadas entre os rios Paraná e Paraguai. Romero (2008) destaca que este estilo de “colonização”, contudo, teve um efeito decisivo no curso da história da Bacia do Prata:

Las fundaciones fueron extensas y prósperas; pero crearon un mundo incomunicado en el que las mismas autoridades civiles difícilmente entraban. Fue el “Imperio jesuítico”. Así comenzó a ser el Paraguay un área marginal, ajena a la evolución del Tucumán y del Río de la Plata donde el mestizaje creó dolorosamente una sociedad abierta. (ROMERO, 2008, p.30)

Nesta zona interfluvial começou a formação do futuro estado paraguaio, que forma-se como um “Estado Guarani”. De fato, o idioma mais falado na República do Paraguai quando de sua independência face à Espanha era o Guarani, ainda hoje predominante como primeira língua, sobretudo nas zonas rurais (CHOY, 2003).

A formação das fronteiras brasileiras obedeceu a um processo de expansionismo luso-brasileiro que dilatou a “fronteira” muito além de seus limites definidos pelo tratado de Tordesilhas. Cassiano Ricardo destaca o papel internacional das bandeiras:

Há que considerar ainda a bandeira sob o ponto de vista internacional. Primeiro o golpe no tratado de Tordesilhas. A bandeira versus Alexandre VI, como diria Artur Orlando. Depois na luta contra os espanhóis, no comércio entre a América e o Velho Mundo, no ouro fornecido para as obras de Lisboa e para as arcas da Inglaterra, na aplicação do *uti possidetis* (pela primeira vez) ao Direito Internacional, e na supressão da Ordem da Companhia de Jesus. (RICARDO, 1970, p. 618)

A pressão das bandeiras sobre a conquista do território do Brasil levou Tosta (1977), a afirmar que os luso-brasileiros, ao lado dos anglo-saxões foram um dos poucos povos que manifestaram a dupla “vocação expansionista”, isto é, a vontade do Estado em ampliar suas fronteiras apoiada no ímpeto de seu povo em estendê-las:

Os luso-brasileiros, durante o processo de conquista do território do Brasil, também manifestaram, de modo destacado, essa dupla tendência de expansão territorial. Assim, à proporção que os movimentos bandeirantistas dilatavam para o oeste o espaço brasileiro, a metrópole portuguesa, em evidente estímulo a essas transgressões humanas, deslocava para o sul (Rio de Janeiro) a capital do Brasil e defendia por meio de tratados formais, a posse definitiva das áreas ocupadas” (TOSTA, 1984, p. 9-10)

Destes tratados formais, os dois mais importantes são o Tratado de Madrid (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), este último de maior interesse para a definição da fronteira no Rio Grande do Sul. De acordo com o tratado de Madrid, os territórios na margem oriental do rio Uruguai, ficaram sob a posse de Portugal, o que dá contornos a atual fronteira sul do Brasil com seus vizinhos do Prata.

DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

O interesse português no controle deste estuário estava respaldado no seu caráter estratégico para garantir o acesso às terras no interior do continente, conquistadas por meio das bandeiras, sobretudo à vila de Cuiabá, no Mato Grosso. No século XIX, com os processos de independência, passamos a conviver com novos eventos na região, que de certa forma impulsionaram sua delimitação definitiva. O período corresponde à expansão do comércio mundial por meio das novas tecnologias de transporte (ferrovias e barcos a vapor), com mudanças políticas, sociais e demográficas importantes que afetaram os países da bacia do rio da Prata.

Os países que compõem a bacia do rio da Prata, de interesse para a região da tríplice fronteira, formavam anteriormente, sob domínio espanhol, parte do Vice-reino do Rio da Prata, que havia sido criado em 1776. A independência das províncias do Vice-reino do rio da Prata se iniciou a partir das invasões inglesas e a ocupação da banda oriental (hoje território do Uruguai) e de Buenos Aires, que levou a formação de uma junta com vistas a expulsar o invasor.

A heterogeneidade dos territórios hispânicos, contudo, acabou criando diversos focos “revolucionários”.

A notícia da invasão da Espanha pelas tropas de Napoleão motivou o movimento emancipatório revolucionário, que levou às proclamações de independência que, a princípio, visavam formar um estado único abrangendo todo o território do vice-reinado. O processo foi abortado pelos conflitos de interesse existentes entre as elites políticas de Assunção e Buenos Aires:

José Gaspar Rodríguez de Francia declarou que o Paraguai se emancipara da Espanha, surgira como Estado independente e procurava *no cambiar unas cadenas por otras*, alusão endereçada a certos propósitos alimentados pela Junta de Buenos Aires. Manuel Belgrano e Vicente Echeverria, despachados ao Paraguai pelo Governo de Buenos Aires para sondar Francia, encontraram-no decidido na sua política de independência (SOARES, 1975, p. 241).

O Uruguai se formou também a partir da “revolução de maio”, mas ainda em 1816 acaba sob domínio da coroa portuguesa, sendo incorporado como província cisplatina ainda em 1821, passando, com a independência, ao domínio brasileiro. Mas em 1825 inicia-se um movimento revolucionário emancipatório que culminou em sua independência em 1828. A formação do Uruguai foi importante na definição dos rumos da política no cone Sul, uma vez que surge como um “estado tampão”, assegurando um equilíbrio de poder entre Brasil e Argentina, que tinham objetivos contrapostos em relação à navegação dos rios da bacia do rio da Prata (BECKHAUSER, 1952, p.141).

Em relação a Argentina, sua formação foi mais conturbada, apesar de ser sua capital, Buenos Aires, o ponto para o qual convergiam todas as povoações espanholas do interior do continente. De certa forma, a Argentina englobaria, teoricamente, todos as “províncias” do antigo Vice-Reinado do Prata. Este processo foi conturbando pelas elites locais, além dos interesses luso-brasileiros já aludidos anteriormente. Quando da independência formal da Argentina frente à Espanha, ainda em 1816, visava-se a anexação do Paraguai como parte de uma confederação de estados, da qual faria parte também a chamada mesopotâmia argentina (região de Corrientes, Misiones e Entre-Rios).

Apenas após a Guerra da Tríplice Aliança é que se conformou o arranjo institucional de uma república federativa, que uniu politicamente as diversas províncias argentinas, feito completado pela construção de estradas de ferro ligando as principais povoações. Além disso, em disputa com o Chile, foram incorporadas as terras da Patagônia e delimitadas as fronteiras com a Bolívia, Brasil e Paraguai. De certa forma, a existência independente do Paraguai é um

feito que contrariava as intenções do governo argentino, principal potência do Prata até meados do século XX.

Os limites territoriais da Argentina, Brasil e Paraguai só ficaram completamente solucionados após a guerra da tríplice aliança (dez.1864- mar.1870):

O império, representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Igurei marco fronteiriço, como constava no Tratado [da tríplice aliança]. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai, e desse ponto para cima fosse do Brasil. A fronteira brasileiro-paraguaia, definida em 1872, era a que Paranhos propusera a Carlos Lopez na década de 1850 e que Portugal disputara com a Espanha no século XVIII. (DORATIOTO, 2007, p.465)

A Argentina assinou um tratado de paz com o Paraguai em 1875, ficando com as terras de Entre-Ríos e Corrientes (onde o idioma mais falado era o guarani), e abrindo mão de grande parte do território do Chaco, que ficou com o Paraguai. Na região da tríplice fronteira, atual território de Misiones, na Argentina vivia-se também a necessidade de definição dos limites com seus vizinhos:

Sumado a esto, recordemos que, hasta avanzado el siglo XIX, Misiones era parte de un espacio de frontera y zona de disputa; no solo entre diferentes sectores dominantes de las flamantes Repúblicas de Argentina y Paraguay, sino también de un sector de la burguesía brasileña que aspiraba a ejercer algún control sobre el espacio misionero, cuya estratégica ubicación lo convertía en un punto clave del tráfico comercial de la región. (URQUIZA, 2008. p.3)

Urquiza (2008) destaca ainda que o repovoamento da província/território de Misiones ganha impulso a partir de 1881, com a lei de federalização que reinstitui alguma autonomia política a este território fronteiriço, uma vez que até esta época ainda se discutia se a região de Misiones integraria de fato o território argentino. A partir da lei de Federalização, que institui a província de Misiones, ocorreu um processo de recolonização da área com a presença de imigrantes europeus, com destaque para poloneses, ucranianos e alemães, na mesma corrente de migração que atraiu estes mesmos povos para a colonização do interior brasileiro (URQUIZA, 2008). Este processo irá trazer de volta à tona a “Questão de Palmas”.

O litígio entre Brasil e Argentina datava desde o tratado de Madrid, ainda sob a égide das coroas, em que os limites não ficaram bem definidos por conta do desconhecimento dos territórios delimitados. No tratado de Madrid de 1750, a fronteira entre o território português e espanhol ficara definida nos seguintes termos do artigo V:

Subirá [a linha divisória] desde a boca do Ibicuí pelo alveio do Uruguay, até encontrar o do rio Peperi ou Pequirí, que deságua na margem Occidental do Uruguay; e continuará pelo alveio do Peperi acima, até a sua origem principal; desde a qual

prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho que desemboque no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo alveio do dito rio mais vizinho da origem do Peperi, e depois pelo do Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná. (apud GOES FILHO, 1999, p.264)

Contudo, conforme explica Goes Filho (1999), os comissários espanhóis em 1788 descobriram outros rios mais ao leste do Peperi e ele nomearam Peperi e, como consequência, à sua contravertente chamaram Santo Antonio, que deságua no Iguaçu. Estes dois rios, hoje são chamados como de rio Chapecó e rio Chopim. Depois de terminada a guerra do Paraguai, em 1870, houve várias tentativas para resolver a questão, mas a matéria se agravou quando a Argentina estendeu ainda mais para o leste sua reivindicação, adotando não mais o rio Chopim, mas o rio Jangada como suposto limite:

Apenas em novembro de 1881, quando o governo imperial mandou criar duas colônias militares na Província do Paraná, junto aos rios Chapecó e Chopim, o representante oficial argentino revelou que seu governo já não se limitava, como em 1876, a manifestar dúvida sobre a exata posição dos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, mas considerava litigioso o território a leste destes dois rios e assinalava como limite oriental da pretensão argentina os rios Chapecó e Chopim (RODRIGUES, 1995, p. 236)

Para resolver a contenda, representantes do Brasil e da Argentina acertaram que os limites seriam definidos por arbitragem do presidente dos EUA. Em 1890, contudo, a proclamação da república (1889) marcou a ascensão de Quintino Bocaiúva ao ministério das relações exteriores, firmando o Tratado de Montevideú, em 25 de janeiro de 1890. Clodoaldo Bueno destaca:

O mencionado tratado, celebrado sob a égide da “unidade institucional da América”, foi classificado como primeiro grande erro da República, porque o território em questão ficaria dividido ao meio entre os dois pretendentes. (BUENO, 1995. p41-42)

Este tratado, contudo, não foi ratificado pelo congresso brasileiro que resolveu pelo retorno da negociação por via da arbitragem; o presidente dos EUA, Grover Cleveland, baseada em rica documentação reunida pelo Barão do Rio Branco, decidiu a causa em favor do Brasil:

Tão irresistível era a evidência do direito do Brasil e de tão decisivo valor probante o arrazoadado apresentado pelo seu patrono ao árbitro, que Paul Groussac, antigo diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires e um dos mais conscienciosos e autorizados conhecedores da história diplomática da República Argentina, depois de estudar a defesa de Rio Branco não hesitou em declarar publicamente que “*La admirable exposición brasileña a producirse algunos años antes como simples alegato diplomático hubiera sin duda convertido la opinión y evitado el recurso arbitral*”. (JORGE, 1999, p.35)

O retorno da questão de Palmas à pauta brasileira havia se dado por conta das expedições de reconhecimento do território. O brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel

Gonzáles chegaram à região da Foz do Iguaçu por volta dos anos 1880. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Contudo, é possível observar que grande parte da população no lado brasileiro ainda era composta por não brasileiros:

A Expedição do Engenheiro e Tenente José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu em julho de 1889. Foi feito um levantamento da população e foram identificadas 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região e dedicados à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via rio Paraná. (FOZ DO IGUAÇU, s/d)

Diante do relativo abandono da fronteira brasileira, e da livre circulação de estrangeiros pelo território nacional sem qualquer fiscalização, o governo brasileiro viu a necessidade de reforçar a presença nacional na região. O estabelecimento de colônias militares foi um dos instrumentos adotados pelos governos republicanos de atrair e fixar povoados permanentes na faixa de fronteira.

O SÉCULO XX E A GEOPOLÍTICA DO PRATA

O povoamento permanente como forma de consolidação e povoamento de fronteiras se tornou uma das principais preocupações dos governos republicanos no Brasil, impulsionado pelas ideologias nacionalistas que se formavam. Em 1897 foi fundada a colônia militar, com objetivo de doar lotes às pessoas que quisessem se instalar na região. Pouco depois a colônia foi emancipada, elevada a categoria de distrito de Guarapuava com o nome de Vila Iguassu. Em 1914, foi elevada a categoria de município e em 1918, renomeada como Foz do Iguaçu. O estabelecimento de um povoamento permanente na tríplice fronteira fez a região passar, sobretudo da segunda metade do século XX em diante, por um contínuo aumento da população.

O isolamento em relação às outras cidades e vilas paranaenses ainda era muito grande. Relatos de viagens da época mostram que o acesso por terra era quase impossível na época das chuvas, porque a deterioração das estradas não permitia a passagem de veículos e cargas. O único caminho permanente para chegar a Foz do Iguaçu era via rio Paraná, o que se fazia através da ligação ferroviária até Uruguaiana, a partir de onde se subia o rio com barcos a vapor até Posadas e Foz do Iguaçu (CARRÃO, 1928).

Eliana Zugaib (2007) destaca, que entre o fim do século XIX e o período do entre guerras ocorre também uma mudança no que viria a ser o foco do antagonismo Brasil-Argentina. Este tema era visto como preocupante, sobretudo tendo em vista o clima de oposição crescente entre os dois países, os “líderes naturais” do continente. O clima de animosidade crescera desde a guerra do Paraguai.

Terminada a guerra, a política externa do governo imperial, exercida pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Os governantes conservadores buscavam, com isso, evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, pois consideravam que, em algum momento, haveria uma guerra entre os dois países. (DORATIOTO, 2007, p. 463)

A definição das fronteiras com o Paraguai havia sido problemática, por conta do tratado em separado assinado pelo Brasil. Dentro do governo brasileiro já era esperado o pior e a deterioração na relação exterior com a Argentina.

Segundo noticiou o jornal carioca *A Reforma*, de oposição, também o visconde do Rio Branco, a essa altura chefe do governo brasileiro, acreditava ser iminente um conflito com a Argentina, conforme opinião que externara em reunião no Ministério da Agricultura (DORATIOTO, 2007, p. 466).

A pior solução só não foi levada a cabo, por conta dos problemas internos vividos pela Argentina. Podemos listar o levante em Entre-Rios, o posicionamento das tropas bolivianas na fronteira do Chaco, e a ameaça chilena de ocupar a Patagônia, por eles reivindicada. (DORATIOTO, 2007, p. 466). A questão do Chaco, contudo se converteu num problema de grande monta para o Paraguai. Quando da resolução da fronteira com a Argentina, passou para uma disputa com a Bolívia, que anos mais tarde viria a resultar da deflagração de uma guerra de grandes proporções, com elevado número de mortos.

Para Efraim Cardoso (1988), a problemática da fronteira com a Bolívia começou após a perda de litoral deste país na guerra contra o Chile. Os bolivianos voltaram-se para a busca de um porto fluvial no Rio Paraguai. A resolução da questão tornou-se cada vez mais dificultada, uma vez que o Paraguai adotou como tática a ocupação do Chaco pela via da colonização, enquanto a Bolívia optou pela construção de postos avançados e fortes militares. Em 15 de junho de 1932, quando os bolivianos ocuparam o Forte Carlos Antônio Lopez e mataram os soldados paraguaios, o conflito se iniciou. A guerra do Chaco foi uma guerra de grandes proporções, tornando-se o primeiro conflito sul-americano internacional a empregar o uso de aviação em larga escala como suporte de guerra (CARDOSO, 1988, p.266).

Entre outros aspectos, a Guerra do Chaco teve até mesmo o envolvimento da Liga das Nações na questão, cujas sugestões propostas para o término da guerra levaram a retirada do Paraguai da organização (CARDOSO, 1988). A atuação brasileira e argentina na guerra foi relativamente discreta, visto que ambos os países estavam envoltos em questões internas relacionadas a perda de mercados no exterior por conta da crise de 1929. Contudo, Chiavenato (1979), aponta a situação de dependência na qual se encontrava o Paraguai quando da eclosão da guerra do Chaco:

Ao entrarmos na década de 1930, a dependência do Paraguai à Argentina era tamanha que nada menos que 80% de seu comércio exterior era feito com os argentinos. Produtos europeus e norte americanos chegavam ao Paraguai através da revenda de argentinos, naturalmente encarecidos¹. (CHIAVENATO, 1979, p.73)

Havia, portanto, tanto por parte da Bolívia quanto do Paraguai, uma pressão sobre o Brasil para a viabilização de uma alternativa de escoamento a seus produtos por uma via além do Rio Paraguai. Esta abertura estava ainda casada com os objetivos perseguidos pelos governos do Brasil e Argentina na década de 1930:

Fizeram parte dos principais objetivos geopolíticos do Brasil e da Argentina, não apenas integrar suas regiões interiores a seus centros econômicos e demográficos, mas também isolá-las da influência e penetração do país vizinho. (ZUGAIB, 2007, p.93)

A década de 1930, no Brasil, foi prolífica no surgimento de ideologias geográficas (DINIZ FILHO, 1994) que se manifestaram nos diversos debates surgidos na cena nacional durante o governo Vargas. Deve-se destacar neste processo, o surgimento de algumas discussões que influenciaram decisivamente a política interna, mas também externa brasileira, sobretudo no que dizia respeito a seus vizinhos. A tentativa de ocupação interna estava manifesta na política Marcha para o Oeste, que tinha como principal objetivo garantir o “imperialismo” interno, ou, nas palavras de Cassiano Ricardo, fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política (RICARDO, 1970). Esta política do governo Vargas visava também objetivo de “segurança nacional”:

[...] a ocupação efetiva das regiões de fronteira deveria atender à necessidade de estabelecer e desenvolver as condições mínimas de nacionalização, de organização social e econômica, de defesa e segurança das regiões fronteiriças e de integrá-las às demais regiões do país. (LOPES, 2004)

A preocupação com a segurança nacional se mostrou presente dentro do exército brasileiro, que ganhou importância no governo Vargas. Conforme Boris Fausto (2006) destacou, a revolução de trinta, realizada por Vargas, esteve ancorada no apoio dado pelos tenentes do exército, que formariam uma geração de militares importantes na definição dos rumos da política nacional nos anos posteriores. Deve-se destacar a contribuição do Capitão Mario Travassos, posteriormente reformado como Marechal de Exército, por sua atuação na segunda guerra mundial, na Força Expedicionária Brasileira. Mario Travassos é apontado com um dos grandes geopolíticos brasileiros, tendo influenciado o pensamento do General Golbery

¹ Deve-se, contudo, ler com cuidado as afirmações de Chiavenato, por conta da linguagem inflamada empregada pelo autor e a vitimização do Paraguai frente aos vizinhos Brasil e Argentina, por sua vez tratados como meros títeres do imperialismo, anteriormente britânico, posteriormente americano. Várias teses deste autor, sobretudo as relacionadas aos motivos da guerra da tríplice aliança, foram veementemente negadas por Doratioto 2007, que empregou ampla documentação em sua defesa.

do Couto e Silva, com implicações diretas para a consolidação da política nacional de ocupação de fronteiras (FREITAS, 2004; TOSTA, 1984).

Em 1931, Travassos publica “Projeção Continental do Brasil” e em 1942 o ensaio “Introdução à geografia das comunicações brasileiras”. A América do Sul, de acordo com Travassos, era marcada pela existência, de dois antagonismos: Pacífico vs. Atlântico e Amazonas vs. Prata. Embasado nas teorias geopolíticas da escola alemã, Travassos destacava que este antagonismo tinha um papel fundamental na definição das “mentalidades”, mineira na contravertente do pacífico e agropastoril na vertente atlântica, mas também marcava a oposição entre a ocupação alicerçada numa economia tropical, na Amazônia e uma ocupação “temperada” no Prata.

Estes antagonismos permitiam verificar que havia no continente americano um *hearthland*, num triângulo cujos vértices estavam nas cidades de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de La Sierra. O domínio deste *hearthland* implicava o domínio das comunicações no continente sul americano. O desenvolvimento político e econômico da Argentina, superior ao brasileiro na época, havia levado este país a condição de potência no Prata, ameaçando, com a extensão de suas linhas ferroviárias, até mesmo o domínio incontestado do Brasil na bacia do Amazonas.

O Capitão Travassos acreditava que a Argentina exercia controle da região Platina devido à força centrífuga desta imensa bacia hidrográfica. Seu padrão de drenagem, correndo de norte a sul, somado a um eficiente sistema de transporte construído no passado, permitiu que a supremacia argentina fosse exercida por longo tempo e com larga vantagem na região. O sistema de transporte incluía uma rede de hidrovias e ferrovias conectadas às três capitais vizinhas: Assunção, La Paz e Santiago, permitindo que a Argentina estendesse seu controle territorial até o Pacífico e até mesmo aos limites da bacia hidrográfica amazônica. Como resultado dessa liberdade de comunicação e movimento, Buenos Aires tornou-se o pólo de atração econômico e centro vital do continente sul-americano, com seu porto servindo de entrada e saída ao comércio regional e intercontinental. (SIGRID, 2008, p. 4-5)

Travassos formulou um plano de longo prazo com o objetivo de garantir a quebra do virtual monopólio de Buenos Aires nas comunicações platinas, o que seria feito através da abertura de novos portos para a Bolívia e Paraguai pelo território brasileiro:

Ter-se-á ainda de consolidar a S. Paulo-Rio Grande, aumentando-lhe o rendimento e ligar o oceano ao Paraná, prolongando as linhas de Ponta Grossa ao Porto de Guaíra e do Porto União à Foz do Iguaçu; enfim consolidar a Noroeste, em toda a extensão do termo, pondo-a à altura de suportar em boas condições o escoamento dos produtos mediterrâneos, do Paraguai e da Bolívia. (TRAVASSOS, 1947 p. 140)

A neutralização da influência argentina seria viável por conta de algumas desvantagens da navegação fluvial pelo rio Paraguai. Sua localização no interior do continente americano se

dá numa zona de planície a pouco mais de 100 metros acima do nível do mar, o que confere as águas deste rio uma baixíssima velocidade de corrente. Esta ligação fluvial, nas palavras de Magnoli, era extremamente precária:

O rio só é navegável durante três meses, na época das cheias, sendo singrado unicamente por chatas no resto do ano. Em Buenos Aires, as cargas têm de ser transferidas para navios de grande calado, onerando ainda mais o comércio já submetido às taxas portuárias argentinas (MAGNOLI, 1986, p.38).

A ideia chave de Travassos era reduzir o tempo de deslocamento de mercadorias e ainda oferecer os portos marítimos de São Francisco do Sul e Santos para a operação destes países como forma de neutralizar a influência argentina, e fazer a balança do Prata pender para o lado brasileiro. A busca da quebra da hegemonia argentina, nos anos posteriores, conforme destaca Zugaib, irá ganhar novos contornos “a partir dos anos 60, somar-se-iam a esses objetivos a busca, pelo Brasil, da preponderância na área energética como forma de romper o equilíbrio de poder na região” (ZUGAIB, 2007, p.93).

Se a diplomacia brasileira do século XIX teve como grande desafio garantir a demarcação das fronteiras com seus vizinhos e a livre navegação no Prata, no século XX há um deslocamento para a questão do aproveitamento energético:

As relações acrimoniosas entre o Brasil e a Argentina atingiram o seu ponto crítico em meados da década de 70 com a aceleração do processo de aproveitamento hidrelétrico levado a cabo pelo Brasil na Bacia do Alto Paraná. (ZUGAIB, 2007 p.92)

A mudança de foco para a questão energética, e o destaque dado para a aproximação diplomática com o Paraguai, será também fruto da influência da teoria sobre as fronteiras do professor Everaldo Beckhauer, que vai ter, assim como Travassos, influência no pensamento do General Golbery Couto e Silva. Beckhauser foi o primeiro sistematizador dos conhecimentos de geopolítica no Brasil (MIYAMOTO, 1995, p. 46). Em sua Teoria de Fronteiras, Beckhauser entende que as fronteiras cumprem quatro papéis fundamentais:

1. Distinguir o meu do teu;
2. Proteger o território nacional;
3. Isolá-lo, de certo modo; e ao mesmo tempo;
4. Facilitar-lhe o intercâmbio com o externo, isto é, ligá-lo a outros Estados. (BECKHAUSER, 1952, p. 91)

Beckhauser também aponta que as fronteiras podem ser em faixas ou em linhas, na verdade mostrando que os teóricos geopolíticos, dentro os quais destaca Ratzel, apontavam que a fronteira evoluía, de faixa a linha, mas também no sentido oposto, de onde sintetiza a formação de um fronteira na seguinte fórmula:

A evolução das fronteiras se processa no sentido de simbolizá-las em uma linha toda vez que predominem, em sua fixação, motivos históricos, e, ao contrário, para passar da linha à faixa quando as Potências, por convenções antecipadas, criam fronteiras em zona desconhecidas ou despovoadas e estas pouco a pouco ganham vivacidade. (BECKHAUSER, 1952, p. 143)

A vivacidade das fronteiras era vista como um fator de extrema importância na compreensão de sua mutabilidade. Desta forma, o autor aponta três tipos básicos de fronteiras, que resultariam em movimentos diferentes: no primeiro tipo, a fronteira morta de ambos os lados; num segundo caso, a fronteira vivaz de ambos os lados, que resultaria na possibilidade de fricção ou então na intensificação das trocas comerciais; por fim a fronteira vivaz de apenas um lado e morta do outro (BECKHAUSER, 1952, p.157). Este terceiro caso seria o que mais pressão incitaria sobre a fronteira.

Beckhauser destacava que a fronteira sudoeste do Brasil, com a Argentina, “é maior a vivacidade do lado dos nossos vizinhos que do nosso” (idem, p.159), para na, sequência, sublinhar que:

Quando uma fronteira é viva de um lado, e apenas esboçada ou já morta, ou de pouca atividade, do outro, o previsível resultado é processar-se, mais hoje, mais amanhã, um deslocamento no sentido no Estado de menor vitalidade, toda vez que a outra Potência esteja em situação de exibir seu poder militar, ou não esteja couraçada de escúpulos morais (idem, p.160)

Esta visão das fronteiras brasileiras, incluindo a experiência de anexação do Acre no começo do século, um processo que foi interpretado pelo esquema acima esboçado, o Estado Maior brasileiro verá nesta permeabilidade da fronteira sudoeste um problema de segurança nacional. A forma de garantir a posse desta área, definida como permeável e, justamente por isso, perigosa (COUTO e SILVA, 1967) era exercer uma presença nacional mais incisiva. O projeto da construção da grande represa de Itaipu, que conferiria ao Brasil o controle da bacia do médio Paraná era o meio para chegar a este objetivo.

O projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu foi um movimento no tabuleiro geopolítico brasileiro, que conjuntamente com outros, permitia atingir diversos objetivos, dentro os quais, podemos citar de forma resumida, a fixação das fronteiras com os países do Prata, a atração do Paraguai e da Bolívia, os “prisioneiros geopolíticos” da Argentina para o Brasil (MAGNOLI, 1986), e a vivificação da fronteira sudoeste do Brasil com a Argentina. Este projeto, contudo, contou com a conjuntura política favorável às relações com o Brasil no Paraguai, em decorrência da própria dinâmica interna de poder daquele país. Após a morte de Solano Lopez, o Paraguai havia passado pelo governo de mais de 40 presidentes diferentes. A

ascensão de Strossner ao poder, num golpe de Estado em 1954, iria conferir ao Paraguai o status de país mais estável do ponto de vista político durante os próximos 35 anos.

A dinâmica de chegada ao poder de Strossner de certa forma facilitou a aproximação diplomática entre os dois países. Isto porque o partido de Strossner, o Colorado, no poder desde a guerra civil de 1947, havia exilado mais de 500 mil pessoas do país, incluindo toda a liderança da oposição dos liberais, na Argentina. Contudo, mesmo assim os laços entre a Argentina e o Paraguai eram muito fortes, sendo que em 1953 ambos os países estiveram perto de assinar um acordo de integração econômica, mal visto pelos setores mais conservadores do partido Colorado. Esta foi a oportunidade que Strossner, que já havia estado exilado no Brasil, subir ao poder (MENEZES, 1987).

A aproximação com o Brasil era, portanto, um meio encontrado pela ditadura de Strossner para diminuir a influência da Argentina, e principalmente os exilados da oposição, na política interna paraguaia. Segundo Menezes:

A aproximação Brasil-Paraguai acontecia, assim os fatos mostram, não por motivos ideológicos, mas sim por motivos econômicos e políticos. Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai, se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho paraguaio, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para o leste, via Brasil. (MENEZES, 1987, p. 63)

A aproximação política entre Paraguai e Brasil, segundo Menezes (1987), foi um objetivo perseguido pela diplomacia brasileira depois da segunda guerra mundial, contando com o apoio pessoal de diversos presidentes, se iniciando no Estado Novo e se estendendo pelo período democrático (1946-1964) e também durante os governos militares (1964-1985). Esta disputa foi marcada por alguns avanços e retrocessos, sobretudo pelo ressurgimento da contenda fronteiriça sobre parte da região de Sete Quedas, que só foi plenamente resolvida após o acordo para a construção da hidrelétrica de Itaipu. Antes, contudo, de avançar sobre este tema, cabe recuperar as repercussões que esta política brasileira teve na Argentina:

No contra-ataque, a Argentina cria sua “*Geopolítica del Paraná Médio*” que implicava em construir quatro hidrelétricas abaixo de Itaipu, no rio Paraná: Corpus Christi (3.406 KW), Yaciretá-Apipe (3.980 KW), Paraná Medio I e II (5.200 KW). Essas serviriam para compor a linha de equilíbrio da bacia hidrográfica, controlando qualquer dano, natural ou artificial que pudesse ocorrer, regulando o fluxo de água do alto Paraná, gerando energia, regulando a navegação argentina e controlando áreas naturalmente suscetíveis de alagamentos nas províncias de Santa Fé, Chaco e Santiago Del Estero. Ademais, ajudaria a criar um pólo de desenvolvimento no nordeste argentino e ajudaria e restaurar o eixo de comunicação fluvial norte-sul. Eclusas foram projetadas em todas essas hidrelétricas. (SIGRIG, 2008, p. 11-12)

Nesta “guerra de água fria”, o Paraguai acabou se beneficiando, uma vez que estas obras hidráulicas resultaram em grandes investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo, proporcionando um impulso que permitiu alavancar seu crescimento econômico depois da década de 1970. Além disso, a política interna do Paraguai, levada a cabo no governo Strossner, permitiu a abertura de um “novo pulmão” ao país. O Paraguai, para Strossner, era como um corpo que respirava com um só pulmão, e a aproximação com o Brasil daria o segundo pulmão ao Paraguai (MENEZES, 1987). Deve-se lembrar que após a guerra do Chaco, nos anos 1930, a economia paraguaia vivenciou um grande período de estagnação, como nos informa Villalobos (1992):

Entre 1939 y 1969 la economía paraguaya fue una de las dos o tres economías de América Latina con menor dinamismo: el producto per cápita se estanco casi completamente y solo creció un 3% en ese lapso. Esta circunstancia se dio en un contexto económico mundial que registró las mayores tasas de expansión y crecimiento tanto en los países industrializados como en la mayor parte de los países latinoamericanos. Paraguay permaneció ausente de este fenómeno general. (VILLALOBOS, 1992 p.13)

A região oriental do Paraguai, onde se deu a construção de Itaipu, começou a ser explorada por madeireiros e ervateiros, cujas atividades foram conduzidas, sobretudo, por empresas privadas, apenas depois da Guerra da Tríplice Aliança. Entretanto, em meados do século XX, a região ainda era escassamente povoada, dominada apenas por alguns grandes latifúndios exploradores de erva-mate, próximo ao que hoje se constitui a municipalidade de Hernandarias (DGEEC, 2002b).

O povoamento paraguaio na fronteira ganhou impulso em julho de 1945, quando o governo paraguaio criou o departamento do Alto Paraná, com capital em Hernandarias. Isto significou com um esforço para o rompimento com a estagnação persistente da economia, que foi baseado na articulação do território nacional e do estímulo a uma economia agrário exportadora, na qual a região oriental do país cumpriu um papel de destaque.

A partir de la sexta década ocurre un enorme cambio estructural en la economía y la agricultura paraguaya. Esto es la vinculación de grandes extensiones de territorio a partir de un gran programa vial, una política de asignación y distribución de tierras fiscales en estas áreas a todos los interesados en ocuparlas (incluyendo grandes masas de pequeños ocupantes), y la aparición de enormes alternativas de empleo alrededor de la construcción de los grandes emprendimientos hidroeléctricos binacionales. (VILLALOBOS, 1992, P.35)

Este programa viário esteve articulado com a política de distribuição de terras, conhecido como “Marcha hacia El Este” O DGEEC, destaca que graças a políticas como esta

a região do Alto Paraná teve um grande impulso socioeconômico, constituindo-se numa das áreas com grande concentração populacional, que pode ser atribuída:

a la intensiva colonización agrícola iniciada en los años sesenta, la construcción de la carretera internacional pavimentada, el Puente de la Amistad sobre el río Paraná y la apertura de mercados mundiales a través de un puerto franco para el Paraguay sobre el Atlántico, así como la construcción de las represas hidroeléctricas de Acaray y la Itaipu Binacional (DGEEC, 2002)

Villalobos ressalta que a construção das grandes obras de geração de hidroeletricidade foi combinada com um ambicioso plano de expansão rodoviária, que permitiu a ocupação de terras fiscais e uma ampliação significativa do agronegócio. O agronegócio foi beneficiado pela conjuntura favorável aos mercados de soja e algodão, que contaram ainda com a migração de grandes contingentes de brasileiros para o Paraguai. De acordo com Villalobos, o programa de investimentos públicos permitiu a conexão, por meio de rodovias pavimentadas:

La capital con el Este y el Norte del país (1966) y, en sucesivas etapas, a Asunción con el Chaco y con el Sur (carretera Eje Sur, 1973) y luego al Este con el Sur (1983). Si a estos enormes emprendimientos viales se agrega la construcción de tres grandes puentes internacionales entre 1976 y 1988, se obtiene la articulación básica del territorio nacional. El poblamiento de las nuevas tierras habilitadas con esta red de comunicaciones fue un proceso facilitado por estas obras, aunque su dinámica y posterior impacto en el crecimiento agrícola tuvo estrecha relación con las condiciones favorables de los mercados internacionales de algodón y soja. (VILLALOBOS, 1992, p.23)

Magnoli destaca que um convênio internacional firmado em 1965 transformou o porto de Paranaguá em área franca para o comércio exterior paraguaio, além da conclusão, em 1969 da BR-277, ligando por estrada asfaltada Assunção à Paranaguá, encurtando um trajeto fluvial de duas semanas para apenas 20 horas por rodovia. Por fim, em 1971, conclui-se a reforma do porto de Paranaguá que passa a receber navios de grande calado (MAGNOLI, 1986).

Estas ações completaram a estratégia brasileira de neutralização da influência argentina e permitiram a consolidação do país como líder do continente sul-americano. Além disso, firmou a aproximação vigente até hoje entre Brasil e Paraguai, e levou a um intenso processo de colonização das fronteiras entre ambos os países.

Do lado brasileiro, a ocupação da fronteira Brasil Paraguai se inicia ainda no final do século XIX, com o estabelecimento de colônias militares, com destaque para Foz do Iguaçu e Chopin. Contudo:

Até o começo da quinta década deste século, esses centros incipientes, dado o grande isolamento em que se encontravam, permaneceram praticamente estagnados, pouco

mais que postos militares avançados no sertão e cuja economia se restringia, praticamente, à subsistência (PADIS, 2006, p. 205²)

Foi apenas nos anos 1930 que esta situação começou a se reverter, no que pesou a política nacional de ocupação das fronteiras “Marcha para o Oeste”, do governo Vargas, mas, principalmente, a abertura da estrada União da Vitória – Palmas - Clevelândia, que tornou este município um irradiador da ocupação populacional, levando posteriormente ao aparecimento dos núcleos de Toledo, Cascavel, Piquiri, Cantu, Goio-Erê, Manuel Ribas e Campo Mourão (PADIS, 2006, p.208).

Ainda segundo Padis (2006), a partir da década de 1950 a migração de gaúchos em direção ao Paraná e Santa Catarina, motivados pelo esgotamento da fronteira agrícola daquele estado, aumentaram significativamente os contingentes populacionais naquela região. A ocupação destas terras do oeste e sudoeste do estado do Paraná se deu seguindo o modelo presente nas colônias do Rio Grande do Sul, em sua região Noroeste. O minifúndio, com produção agrícola empregando mão de obra familiar levou a expansão da população num vetor vindo do sul, e noutro, vindo do norte, com a presença de mineiros e paulistas, seguindo a onda do café.

Nos anos 1950 e 1960, outros processos relativos à política nacional e paranaense terão peso na ocupação destas áreas. Este processo é marcado pela necessidade de integração da economia paranaense. Foi iniciado um projeto de industrialização do estado, em que o governo estadual ofertava de infraestrutura (sobretudo rodovias e energia elétrica). A construção da malha rodoviária do Estado incluiu a BR-277, inserida no projeto geopolítico nacional de integração da economia paraguaia à brasileira, e a BR-376 parte do projeto “geopolítico” interno, de atração das exportações de café da região Norte do estado ao porto de Paranaguá.

A construção da hidrelétrica foi fundamental na história da região oeste do Paraná e leste paraguaio. Com o início das obras, o povoamento ganhou força, fazendo com que a população da cidade de Foz do Iguaçu passasse de pouco mais de 30 mil habitantes para mais de 130 mil no intervalo de 10 anos. Nessa época, foram feitos grandes investimentos em infraestrutura, e um plano diretor que deu às cidades as feições atuais. No entanto, o crescimento populacional foi muito mais intenso do que a previsão dos técnicos. A ideia que se tinha em 1974 era de que em 1985 a população de Foz do Iguaçu chegaria a 100 mil habitantes (UFPR, 1974).

² A primeira edição é de 1981.

Quando observamos os dados censitários, observa-se que no intervalo entre 1970 e 1980 ocorre um grande aumento populacional nos dois lados da fronteira Brasil-Paraguai. Pode-se atribuir grande parte deste crescimento populacional às obras para a construção da hidrelétrica de Itaipu (tabela 1.1).

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA – 2000

CIDADES	1970	1980	1991	2000
Foz do Iguaçu	33 966	124 789	190 123	258 543
Ciudad del Este ¹	26 485	62 328	133 881	223 350
Hernandarias ¹	13 281	28 188	41 922	64 074
Mingua Guazu ¹	-	-	31 736	48 066
Presidente Franco ¹	-	23 695	40 408	54 401
Puerto Iguazu ²	3 001	10 250	27 984	32 038
Total	76 733	249 250	466 054	680 472

FONTE: IBGE, DGEEC, INDEC

NOTAS: ¹dados referem-se aos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002. ² dados de 2001

Sinal convencional utilizado: " - " Dado inexistente

A construção de Itaipu insere a região da tríplice fronteira na dinâmica de crescimento urbano e econômico vivida pela economia brasileira no período, cumprindo sua função geopolítica de “vivificar” a fronteira brasileira, mas com desdobramentos importantes no território paraguaio e argentino. No caso do Paraguai, o afluxo de trabalhadores na construção da usina é importante, apesar de não atingir a mesma dimensão que o processo brasileiro. No caso de Foz do Iguaçu, na década de 1970 a cidade contou com o maior dinamismo populacional, com sua população crescendo a uma taxa anual de 13,9%, contra 8,9% de Ciudad Del Este e 13,1% de Puerto Iguazu. A população da tríplice fronteira como um todo teve aumento médio de 12,5% ao ano. (tabela 1.2)

TABELA 1.2 TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA POR PERÍODO (1970-2000)

CIDADES	1970/1980	1980/1990	1990/2000
Foz do Iguaçu	13,9	3,9	3,5
Ciudad del Este ¹	8,9	7,9	5,3
Hernandarias ¹	7,8	4,0	4,3

Mingua Guazu ¹	-	-	4,2
Presidente Franco ¹	-	5,5	3,0
Puerto Iguazu ²	13,1	10,6	1,4
TOTAL	12,5	6,5	3,9

FONTE: IBGE, DGEEC, INDEC

NOTAS: ¹dados referem-se aos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002. ²dados de 2001

Sinal convencional utilizado: "-" Dado inexistente

No período subsequente, Foz do Iguaçu perdeu dinamismo, e suas taxas de crescimento passam a ser as menores da região. Esta queda pode ser atribuída também ao seu maior estoque populacional. Nas municipalidades paraguaias, contudo, o ritmo de crescimento continua acelerado, processo que se repete no decênio 1992-2002, em que Ciudad Del Este sustenta taxas de crescimento demográfico superiores a 5% ao ano, com uma expansão mais reduzida de seus municípios periféricos. Uma redução bastante acentuada ocorre em Puerto Iguazu, na Argentina, cuja taxa de crescimento mostra-se a menor da região, assim como seu estoque total.

Este crescimento populacional foi, obviamente, acompanhado por uma mudança profunda na economia local. De economias predominantemente agrícolas, a tríplice fronteira passa a contar com municípios com perfil industrial e de serviços (geração de energia elétrica e turismo, principalmente).

CONCLUSÃO

O processo de ocupação da tríplice fronteira foi marcado, desde o início, pela tensão entre os portugueses e espanhóis, elementos aos quais foram adicionados os jesuítas, os indígenas e os bandeirantes. Uma vez superada a etapa colonial, seu desenvolvimento continuou vinculado às estratégias de ocupação do espaço dos países surgidos dos processos de independência.

Neste aspecto, pode-se dizer que a polarização Portugal – Espanha é substituída pelo jogo de poder entre as duas novas forças geopolíticas da região, Brasil e Argentina, sendo que o controle dos rios da Bacia do Prata tornou-se a principal preocupação dos governos nacionais. Se entre o final do século XIX e início do século XX a principal preocupação foi a liberação dos recursos hídricos para a navegação, no período pós-guerra houve uma mudança de foco no

sentido de garantir o aproveitamento energético dos rios, com a construção de grandes barragens.

A disputa pela influência sobre o Paraguai foi igualmente definidora de muitos dos movimentos geopolíticos ocorridos no Prata neste período. Com a consolidação dos processos de ocupação e a mudança no perfil econômico da região da tríplice fronteira, as preocupações se modificaram, e a geopolítica da região passou a ser definida pela atuação de redes internacionais ligadas ao tráfico e ao terrorismo internacional, bem como à ação de novas dinâmicas econômicas, das quais destaca-se a formação do Mercosul. Estes eventos, contudo, em vista de sua importância estratégica, merecem estudo a parte, que considere a complexidade e as especificidades que seus processos encerram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKHAUSER, E. Curso de Geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, , 1952.

BACKHAUSER, E. Problemas do Brasil (estrutura geopolítica). O espaço. Rio de Janeiro: Editora OMNIA, 1933.

BARCELOS, A.H.F. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. Revista Complutense de historia de América. n.26. 2000. pp.-93-116.

BUENO, C. Idealismo e rivalidade na política externa brasileira da república: as relações com a Argentina (1889-1902). in: Simpósio O Cone Sul no contexto internaional; org. Sandra Maria Lubisco Brancato, Albene Mirian F. Menezes – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

CARDOSO, E. Paraguay Independente. 2ª edição. Carlos Schauman Editor, 1988.

CARRÃO, Manuel. Impressões de viagem a Foz do Iguaçu e rio Paraná. Curitiba: Editorial Progreso, 1928.

CHIAVENATO, J.J. A Guerra do Chaco (leia-se Petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense ,1979.

CHIAVENATO, J.J. Strossner: Retrato de uma ditadura. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense ,1980.

CHOY, J.K. Language attitudes and the future of bilingualism: the case of Paraguay. International Journal of Bilingual education and bilingualism. Vol. 6, n.2, 2003.

DGEEC. Atlas Censal del Paraguay,2002a. <http://www.dgeec.gov.py> acesso em 20 de agosto de 2006.

DGEEC. Censo Nacional de Población y viviendas, 2002b. <http://www.dgeec.gov.py> Acesso em 20 de agosto de 2006.

DINIZ FILHO, L. L. Território e Destino Nacional: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1994.

DORATIOTO, F. F. M. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOZ DO IGUAÇU. Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o ciclo Itaipu. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 1980.

_____. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. História da Cidade. In: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/historia.asp> acesso em 21/02/2009.

FREITAS, J. M. C. A escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

JORGE, A. G. de Araújo. Rio Branco e as Fronteiras do Brasil- uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília – Senado Federal, 1999.

MENEZES, A. M. A herança de Strossner: Brasil-Paraguai 1955-1980. São Paulo: Editora Papirus, 1987.

PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. 2.ed. Curitiba : IPARDES, 2006.

RICARDO, C. Macha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil. 4ª edição. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora da USP/José Olympio Editora, 1970.

RODRIGUES, J. H. Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROMERO, J. L. Breve história de la Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

SIGRID, A. Geopolítica e energia na bacia do prata: o caso emblemático de Itaipu. Anais do I Simpósio internacional de geografia política e territórios transfronteiriços. Foz do Iguaçu, 2008. http://www.nilsonfraga.com.br/anais/ANDERSEN_Sigrid.pdf acesso em 12/12/2010.

SOARES, A. T. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1975.

TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, M. Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

_____. Projeção Continental do Brasil. 4ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

UFPR. Foz do Iguaçu: Plano de Desenvolvimento Urbano. Curitiba: UFPR, 1974.

URQUIZA, E. Y. La invención del ciudadano y las fronteras entre estado (s) y nación (es): ¿una ciudadanía regional –transnacional en Misiones? In: Nuevos Espacios. Nuevos problemas. Los territorios nacionales. Neuquén, Educo-Universidad Nacional Del Comahue-Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco-Cehepyc, Editores, 2008.

VILLALOBOS, R. Estrategias para mitigar la pobreza rural en América Latina y Caribe: hacia una estrategia de desarrollo campesino en el Paraguay. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura: Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 1992.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. 3ª edição. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1972.

ZUGAIB, H. A hidrovia Paraguai-Paraná. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007.